

**AgInt nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51954 - RJ
(2016/0235583-7)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : CARLOS EDUARDO FERNANDES
ADVOGADO : SANDRO GUIMARÃES MAGYAR - RJ156045
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
**PROCURADOR : ROBERTA NOVELLI DOMINGUES VIEIRA LIMA E
OUTRO(S) - RJ180432**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADICIONAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE JÁ RECEBE O REFERIDO ADICIONAL NO PERCENTUAL DE 43,22% DO VENCIMENTO BASE. OBJETIVA O PERCENTUAL MÁXIMO DE 100%. AUSÊNCIA DE NORMA LEGAL PARA AMPARAR A PRETENSÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO ALEGADO.

1. Caso em que o impetrante objetiva o recebimento do Adicional de Desempenho de Função, na proporção de 100% de vencimento base, a contar da vigência da Lei n. 478/2012.

2. O art. 2º da Lei n. 478/2012 estabelece que o dito Adicional de Desempenho Funcional será pago na proporção de até 100% de vencimento-base, em detrimento da avaliação de desempenho, o que, por óbvio, não confere ao servidor o direito de percebê-lo segundo o limite máximo legal. Dessa forma, o acórdão recorrido não merece reparos.

3. Por fim, cabe anotar que a pretensão do ora agravante esbarra na orientação do Supremo Tribunal Federal, cristalizada no enunciado da Súmula Vinculante n. 37: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia".

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator